

CRIME ORGANIZADO

CPI promete uma 'bomba' para o início dos trabalhos

Pelo menos 50 pessoas, a maioria policiais, serão interrogadas até sexta-feira na capital

VERA FREIRE

A CPI do Narcotráfico inicia amanhã os trabalhos na Assembléia Legislativa de São Paulo, prometendo descortinar o maior problema do governo Covas: a segurança. "Temos uma bomba", promete o deputado Celso Russomano (PPB-SP), sub-relator da comissão. Ele revela apenas que se trata de um funcionário público "acima de qualquer suspeita", envolvido com o narcotráfico.

Os trabalhos no Estado prosseguem até a sexta-feira, período em que devem ser ouvidas 50 pessoas, metade delas policiais. As suspeitas envolvem cidades como Marília, Atibaia, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Santos e, sobretudo, São Paulo, onde Russomano aponta a existência de "problemas sérios".

O deputado não chega a apontar a existência de uma banda podre na polícia paulista. "Se existem 400 homens envolvidos (entre os 116 mil policiais civis e militares), isso não chega aos 10% necessários para se considerar banda podre, ao contrário do que aconteceu no Paraná e no Rio."

Em contrapartida, ele critica o governador Mário Covas e o seu secretário da Segurança, Marco Vinício Petrelluzzi, por não terem retirado das ruas os 15 policiais denunciados à CPI por um ex-informante da polícia de São Paulo. "Aqui a polícia não trabalha porque o governador não gosta dela", diz, convicto. "Ele tem o ranço da época da revolução."

A Assessoria de Imprensa do Palácio dos Bandeirantes informou que o governador não irá se pronunciar a respeito das declarações do deputado Russomano. A assessoria esclareceu ainda que o não-afastamento dos policiais citados pela CPI se deve a uma tentativa de não fazer pré-julgamentos, mas que as pessoas apontadas já estão sendo investigadas pela Secretaria de Segurança.

Segundo Russomano, os casos no Estado comprometem empresários e traficantes. Um dos depoimentos esperados é o do empresário de São José dos Campos, Antônio de Pádua Maia, apontado por suspeitas de enriquecimento ilícito, que se agravaram depois que o Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) apreendeu um quilo de droga em uma das suas lojas.

Como o regimento da Câmara não admite a participação de deputados estaduais na CPI, a comissão da Assembléia Legislativa que investiga o narcotráfico não irá atuar conjuntamente durante os quatro dias de trabalho. "Ela poderá continuar com o seu trabalho em paralelo", esclarece Russomano. Ele acredita que muita coisa ficará para ser apurada depois pela CPI estadual. Segundo esclarece, cabe às CPIs a parte das investigações. Mas é papel do Ministério Público encaminhar as denúncias ao Judiciário, instância que decidirá quais as punições que serão aplicadas.

A empolgação de Russomano com os quatro dias de trabalho da CPI em São Paulo é deixada de lado quando o assunto é o PPB, legenda à qual pertence. Ele afirma estar constrangido pelo envolvimento do partido em tantas denúncias de corrupção na capital paulista, mas defende o presidente nacional da sigla, o ex-prefeito Paulo Maluf. "Como vou condenar alguém que nunca foi condenado pela própria Justiça?"